



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO – ALERJ**
CONCURSO PÚBLICO 2025

NÍVEL SUPERIOR – MANHÃ

ESPECIALISTA LEGISLATIVO - NÍVEL IV
RELAÇÕES PÚBLICAS (INSTITUCIONAIS)

PROVA OBJETIVA E DISCURSIVA
TIPO 1 (BRANCA)



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **80 (oitenta)** questões objetivas e **1 (uma)** questão discursiva, você receberá do fiscal de sala uma folha para a marcação das respostas e uma folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da **folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-las.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira a cor e o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição da folha de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Língua Portuguesa

Atenção: o Texto a seguir se refere às seis próximas questões.

Iniciativas que estão transformando a Educação no Rio

Atualmente, diversas iniciativas estão transformando a educação no Rio de Janeiro, proporcionando novas abordagens que impactam positivamente alunos e professores. Programas inovadores estão sendo implementados para criar um ambiente de aprendizagem mais dinâmico e inclusivo.

Uso de Tecnologia Educacional

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva. Isso não só facilita o acesso ao conhecimento, como também estimula a autonomia.

Projetos Sociais e Comunitários

Iniciativas sociais, como projetos que envolvem a comunidade local, têm mostrado resultados promissores. Programas de reforço escolar, atividades extracurriculares e parcerias com ONGs ajudam a complementar a educação formal e oferecem suporte adicional aos estudantes.

Formação Continuada de Professores

A formação continuada de professores é outra peça fundamental nesta transformação. A capacitação em novas metodologias e tecnologias de ensino prepara os educadores para lidar com os desafios atuais, oferecendo auxílio para que eles possam explorar todo o potencial de seus alunos.

Essas iniciativas, quando unidas, criam um ecossistema mais forte para a educação no Rio, contribuindo para uma aprendizagem mais rica e efetiva. A comunidade escolar ganha muito com a implementação de ações que promovem a inclusão e a inovação.

O futuro da educação no Rio de Janeiro

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis, espera-se que mais alunos sejam motivados e alcançados. A colaboração entre todos os agentes envolvidos é crucial para alcançar resultados positivos.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, 2025.

1

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o principal objetivo do Texto.

- (A) Dar uma visão positiva da educação no Rio de Janeiro, destacando medidas tomadas para sua melhoria.
- (B) Informar o público em geral sobre a situação educacional do Estado.
- (C) Mostrar a preocupação do governo do Estado em adaptar as escolas a mudanças tecnológicas importantes.
- (D) Criticar o atual estado da conjuntura educacional, mostrando graves problemas.
- (E) Difundir mudanças educacionais positivas, para que o exemplo possa espalhar-se pelo país.

2

Leia o trecho a seguir.

Uma das principais transformações é o uso de tecnologia educacional nas aulas. Recursos como plataformas online, aplicativos educacionais e ferramentas interativas estão ajudando a engajar os alunos de forma mais efetiva.

O emprego de novas tecnologias na Educação pretende, fundamentalmente,

- (A) mostrar a competência das autoridades educacionais do Estado em áreas da modernidade.
- (B) aumentar a participação efetiva dos alunos nos processos educacionais utilizados.
- (C) fazer com que a educação brasileira se equipare às mais adiantadas do mundo.
- (D) desenvolver processos mentais de maior rapidez e eficiência no ensino.
- (E) aplicar métodos pedagógicos modernos, só passíveis de utilização com a computação.

3

Analise o fragmento a seguir.

As transformações na educação do Rio de Janeiro mostram que há esperança e caminho para um futuro melhor. Com iniciativas inovadoras, uso de tecnologia e o envolvimento da comunidade, é possível construir uma educação mais inclusiva e de qualidade.

Entre as modificações propostas no fragmento acima para a área da educação no Estado do Rio de Janeiro, só **não** é citada

- (A) a participação da comunidade na vida escolar.
- (B) a aplicação de novos meios tecnológicos.
- (C) a inclusão de todos os educandos no processo.
- (D) a necessidade de melhores condições de trabalho.
- (E) a adoção de medidas criativas.

4

Analise o segmento a seguir.

Assim, o compromisso contínuo com a educação pode levar a mudanças significativas, capacitando as novas gerações a criarem um futuro mais próspero e igualitário.

Depreende-se desse segmento que

- (A) a prosperidade econômica depende exclusivamente da renovação do processo educacional.
- (B) a educação pública deve ser priorizada sobre a privada.
- (C) a educação é ferramenta indispensável para a construção de um futuro econômica e politicamente positivo.
- (D) as mudanças significativas ocorrem com a mudança educacional, apesar das interrupções políticas.
- (E) os processos educacionais devem priorizar a área econômica, pois dela depende todo o restante.

5

O texto fala de plataformas *online*, utilizando-se de um estrangeirismo de uso corrente.

As frases a seguir mostram palavras ou expressões de origem latina (*latinismos*), frequentes em nossa língua escrita culta.

Assinale a opção que mostra a frase em que o *latinismo* empregado tem seu equivalente em língua portuguesa corretamente indicado.

- (A) A carta trazia um *post scriptum* que mencionava a exigência. / informação oculta.
- (B) A transferência *ad hoc* do funcionário havia sido feita. / para outro posto.
- (C) *Ex abrupto* todas essas coisas ocorreram. / De repente.
- (D) Dois dias depois acharam um *modus vivendi*. / meio de sobreviver.
- (E) Surpreendido em pleno delito, ouviu a frase *Tu quoque, Brute* em tom de comédia. / Que coisa feia!

6

O texto traz a frase:

“À medida que se investe na capacitação de educadores e se promove o uso efetivo dos recursos disponíveis...”, em que ocorre o uso correto de pronomes pessoais oblíquos.

Assinale a opção em que a colocação do pronome pessoal oblíquo também está gramaticalmente correta.

- (A) “Deveria existir uma pitada de diletantismo na crítica, pois o diletante é um entusiasta que ainda não acomodou-se e não está preso aos hábitos.”
- (B) “Não pode chamar-se realmente de língua o idioma que não possui escritor.”
- (C) “Se enganam aqueles que querem combater o uso com a gramática.”
- (D) “Ai dos feitores de traduções literárias que, ao traduzirem cada palavra, enfraquecem o sentido! Este é bem o caso em que não pode se dizer que a letra mata e o espírito vivifica.”
- (E) “Podes conhecer o espírito de qualquer pessoa, se observares como ela comporta-se ao receber elogios.”

7

Assinale a opção que apresenta a frase em que há *erro ortográfico* em um dos termos sublinhados.

- (A) Bom dia, companheiros, retribuiu o diretor ao bom-dia dos funcionários presentes.
- (B) José era bem-educado, ao contrário do irmão, que não havia sido bem educado pelos pais.
- (C) Na segunda feira que visitaram, disseram-lhes que na próxima segunda-feira haverá mais barracas.
- (D) O anfitrião queria o bem estar de todos e por isso mesmo queria o bem-estar dos convidados.
- (E) O meu filho vive no mundo do faz-de-conta e às vezes a babá faz de conta que é mãe dele.

8

Entre as frases a seguir, assinale aquela em que a preposição *a* tem valor semântico de *finalidade*.

- (A) “Pode ir a São Paulo, a Pernambuco ou ainda mais longe.” (*Dom Casmurro*)
- (B) “Alguma vez desceu a jantar, com os olhos vermelhos e a fronte pesarosa.” (*Helena*)
- (C) “Também Capitu, em solteira, fora tratá-la à Rua dos Inválidos.” (*Dom Casmurro*)
- (D) “Tio Cosme acomodava as carnes, e a besta partia a trote.” (*Dom Casmurro*)
- (E) “Era lido, posto que de atropelo, o bastante para divertir ao serão e à sobremesa.” (*Dom Casmurro*)

9

Assinale a opção que apresenta a frase que *não* mostra desvio gramatical, com referência à norma culta.

- (A) “É um vadio e um bêbado muito grande. Ainda hoje deixei ele na quitanda, enquanto eu ia lá embaixo na cidade, e ele deixou a quitanda para ir na venda beber.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (B) “Eram tantos os castelos que meu pai engenhara, tantos e tantíssimos os sonhos, que não podia vê-los assim esboroados...” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*)
- (C) “— Procura pelo senhor? — Parece que procura, respondeu Raimundo tapando o riso com a mão; mas eu tranquei ele no quarto, para não fugir.” (*Quincas Borba*)
- (D) “Meses depois fui para o seminário de São José. Se eu pudesse contar as lágrimas que chorei na véspera e na manhã, somaria mais que todas as vertidas desde Adão e Eva.” (*Dom Casmurro*)
- (E) “Aquela intimidade de vizinhos tinha de acabar nisto, que é verdadeiramente uma bênção do céu, porque ela é um anjo, é um anjíssimo...” (*Dom Casmurro*)

10

Nas frases a seguir há um termo precedido de artigo definido.

Assinale a frase em que a função desse artigo está *incorretamente* identificada.

- (A) “Esta ideia, rútila e grande, - trajada ao bizarro, como diria o padre Bernardes, - esta ideia começou uma vertigem de cabriolas e eu deixei-me estar com os olhos nela...” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Antes de nomes próprios personativos, implica a noção de intimidade, afetividade, conhecimento.
- (B) “Todo aquele reviver das coisas parecia estar pedindo uma igual aurora nas almas. Estas é que deveriam falar ali a sua língua delas, amorosa e cândida.” (*A Mão e a Luva*) / Antes de pronome adjetivo possessivo mostra função identificadora, realçando a ideia de posse.
- (C) “-Bem, agora é tarde, amanhã levo-lhe os dez contos.” (*Quincas Borba*) / Mostra valor demonstrativo.
- (D) “Para dizer tudo, devo confessar que o coração me batia um pouco.” (*Memórias Póstumas de Brás Cubas*) / Mostra valor possessivo.
- (E) “E ela percorria toda a conversação, e não achava nada que explicasse a frieza dele.” (*Quincas Borba*) / Mostra valor equivalente ao artigo indefinido.

Noções de Informática

11

Um servidor da Alerj precisa organizar diversos relatórios na pasta "Documentos". Ele deseja mover um arquivo específico de uma subpasta para outra utilizando o *mouse*, mas sem que o arquivo original permaneça no local de origem.

Considerando o funcionamento padrão do Explorador de Arquivos do MS-Windows 10, assinale a opção que indica a ação executada pelo sistema ao arrastar um arquivo de uma pasta para outra dentro da mesma unidade de disco.

- (A) Copiar o arquivo.
- (B) Criar um atalho.
- (C) Mover o arquivo.
- (D) Compactar o arquivo.
- (E) Excluir o arquivo original.

12

Uma lista contendo 500 nomes de servidores encontra-se disposta de forma aleatória. O setor de Recursos Humanos precisa organizá-la em ordem alfabética crescente (de A a Z).

Assinale a opção que indica, no MS-Excel, o recurso usado para organizar dados com base em critérios alfabéticos ou numéricos.

- (A) Filtro.
- (B) Classificar.
- (C) Congelar Painéis.
- (D) Tabela Dinâmica.
- (E) Validação de Dados.

13

Um servidor está preparando uma apresentação para uma audiência pública e deseja que, ao passar do *slide* 1 para o *slide* 2, surja um efeito do tipo "Empurrão".

Assinale a opção que indica, no MS-PowerPoint, o efeito que é aplicado ao movimento que ocorre durante a mudança entre um *slide* e outro.

- (A) Animação.
- (B) Transição.
- (C) *Design*.
- (D) *Layout*.
- (E) Botão de Ação.

14

Durante uma pesquisa no Google Chrome, um usuário fechou acidentalmente uma aba que continha informações importantes.

Assinale a opção que apresenta o atalho de teclado que permite reabrir a última aba que foi fechada no navegador.

- (A) Ctrl + T
- (B) Ctrl + N
- (C) Ctrl + Shift + T
- (D) Ctrl + Shift + N
- (E) Alt + F4

15

Durante a redação de um texto, um funcionário usou o comando `Ctrl + C` em três frases diferentes, em momentos distintos. Ele deseja acessar o histórico para escolher qual das frases colar agora.

Assinale a opção que apresenta a combinação de teclas que deve ser usada no Windows 10 para abrir a interface do Histórico da Área de Transferência.

- (A) Ctrl + V
- (B) Alt + Tab
- (C) Windows + V
- (D) Windows + H
- (E) Shift + Insert

16

Um servidor criou uma tabela no Word para listar deputados e suas respectivas comissões. Ele precisa que a primeira linha da tabela, ou seja, o cabeçalho da tabela, apareça automaticamente no topo de cada nova página, caso a tabela se estenda por várias folhas.

Assinale a opção nas "Propriedades da Tabela" ou na guia "*Layout*" que permite realizar essa ação.

- (A) Dividir Tabela.
- (B) Classificar.
- (C) Repetir Linhas de Cabeçalho.
- (D) Converter em Texto.
- (E) Ajuste Automático.

17

Um analista precisa verificar se o gasto de um gabinete ultrapassou o teto de R\$ 30.000,00. O valor gasto está na célula A10. Se ultrapassar, a planilha deve exibir "ALERTA", caso contrário, "OK".

Assinale a opção que mostra a fórmula, quando aplicada no MS-Excel, que executa corretamente essa tarefa.

- (A) =SOMA(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (B) =SE(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (C) =PROCV(A10>30000; "ALERTA"; "OK")
- (D) =CONT.SE(A10>30000; "ALERTA")
- (E) =MÁXIMO(A10; 30000)

18

Na planilha de controle de estoque da Alerj, a célula B2 contém o preço unitário e a célula C2, a quantidade. Na célula D2, o usuário inseriu a fórmula = $\$B2 * C\2 .

Se o usuário arrastar a alça de preenchimento da célula D2 para a célula E3, a fórmula, nessa nova célula, será

- (A) = $\$B3 * D\2
- (B) = $\$B2 * C\2
- (C) = $\$B3 * C\2
- (D) = $\$C2 * D\2
- (E) = $B3 * C3$

19

Um servidor precisa enviar um conjunto de 50 fotos de alta resolução por *e-mail*, mas o servidor de correio limita o tamanho do anexo a 20 MB.

Assinale a opção que indica a técnica mais adequada para contornar essa limitação de tamanho, preservando a organização.

- (A) Alterar a extensão das fotos para .doc.
- (B) Enviar 50 *e-mails* separados.
- (C) Compactar as fotos em um único arquivo (ex.: .zip ou .rar).
- (D) Inserir as fotos no corpo do texto como imagem.
- (E) Excluir o campo "Assunto" para liberar espaço.

20

Um usuário deseja acessar as configurações do sistema para verificar as atualizações do *Windows Update*.

Assinale a opção que indica, corretamente, o atalho de teclado que abre diretamente a janela de Configurações do Windows 10.

- (A) Windows + E
- (B) Windows + I
- (C) Windows + L
- (D) Windows + R
- (E) Windows + P

Noções de Direito Administrativo

21

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tomou conhecimento de que Henrique, servidor público no Município *Alfa*, praticou, dolosamente, três diferentes condutas caracterizadoras de improbidade administrativa, quais sejam:

- i) em 2022, o agente descumpriu as normas relativas à fiscalização de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;
- ii) em 2023, Henrique praticou, no âmbito da Administração Pública e com recursos do erário, ato de publicidade, em contrariedade aos mandamentos constitucionais, promovendo inequívoco enaltecimento próprio e personalização de atos de órgãos públicos;
- iii) em 2024, o servidor frustrou, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio direto.

Sobre a hipótese apresentada, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, assinale a afirmativa correta.

- (A) Henrique cometeu, em 2022, ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.
- (B) Henrique, em 2022, cometeu ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário. Por sua vez, nos anos de 2023 e 2024, ele praticou atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- (C) Henrique, em 2022 e em 2023, cometeu atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública. Por sua vez, no ano de 2024, foi praticado ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
- (D) Henrique praticou, nos três casos, atos de improbidade administrativa que atentaram contra os princípios da Administração Pública.
- (E) Henrique, nos três episódios, praticou atos de improbidade administrativa que causaram prejuízo ao erário.

22

Com o objetivo de implementar as promessas realizadas durante o processo eleitoral, José, recém empossado no cargo de Prefeito do Município *Alfa*, no Estado do Rio de Janeiro, solicitou um parecer à sua equipe jurídica sobre a aplicabilidade, ou não, da Lei de Licitações e Contratos Administrativos, analisando

- i) a alienação e a concessão de direito real de uso de bens;
- ii) a compra por encomenda; e
- iii) a contratação de tecnologia da informação e de comunicação.

Considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, é correto afirmar que a referida legislação se aplica

- (A) à compra por encomenda, bem como à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.
- (B) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, mas não à compra por encomenda, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (C) à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, bem como à compra por encomenda e à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (D) à compra por encomenda, mas não à alienação e à concessão de direito real de uso de bens, tampouco à contratação de tecnologia da informação e de comunicação.
- (E) à contratação de tecnologia da informação e de comunicação, mas não à compra por encomenda, tampouco à alienação e à concessão de direito real de uso de bens.

23

Renan, maior e capaz, que se encontra com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei, tomou conhecimento de que o Estado *Alfa* editou ato administrativo lesivo ao patrimônio histórico e cultural do referido ente federativo.

Irresignado com a situação apresentada, Renan pretende ingressar, em Juízo, com uma ação popular, para questionar a medida adotada pelo Poder Público.

Sobre esse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a referida demanda não tem a finalidade de questionar a edição de ato lesivo ao patrimônio histórico e cultural.
- (B) Ele poderá ajuizar uma ação popular, ficando isento de custas judiciais e do ônus de sucumbência, salvo comprovada má-fé.
- (C) Ele poderá ajuizar uma ação popular, desde que o Ministério Público não o faça no prazo constitucionalmente estipulado.
- (D) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que a competência, para tanto, é do Ministério Público.
- (E) Ele não poderá ajuizar uma ação popular, na medida em que está com os seus direitos políticos suspensos, na forma da lei.

24

Considerando as disposições do Código Civil, é correto afirmar que a sede da Alerj é um bem público de

- (A) uso comum do povo, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (B) uso especial, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (C) dominical, sendo inalienável, enquanto conservar a sua qualificação, na forma que a lei determinar.
- (D) uso comum do povo, inexistindo restrição à sua alienação.
- (E) uso especial, inexistindo restrição à sua alienação.

25

José, residente e domiciliado no Município do Rio de Janeiro, encontra-se em situação de inadimplência junto à concessionária *Alfa*, que presta o serviço público de fornecimento de energia elétrica na municipalidade. Apesar de já ter sido formalmente notificado, José não quitou as suas dívidas.

Em assim sendo, a concessionária suspenderá a prestação do serviço público, em observância às formalidades legais. Registre-se que haverá feriado nacional na quinta-feira da semana em que a interrupção do serviço será efetivada.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 13.460/2017, é correto afirmar que a suspensão da prestação do serviço público poderá se iniciar na(o)

- (A) quarta-feira.
- (B) quinta-feira.
- (C) sexta-feira.
- (D) terça-feira.
- (E) sábado.

26

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Especialista Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado *Alfa*, de forma dolosa, no exercício da função, praticou ato ilícito que causou danos materiais à cidadã Maria, que buscara atendimento junto à mencionada Casa Legislativa. Maria, então, ajuizou ação indenizatória e obteve, por meio de sentença judicial transitada em julgado, vinte mil reais, que foram pagos pelo Estado *Alfa*.

Em seguida, o Estado *Alfa*, pela sua Procuradoria-Geral, ajuizou ação regressiva em face de João, pretendendo o ressarcimento pelos vinte mil reais que teve que pagar a Maria.

No caso em tela, João

- (A) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas o Estado *Alfa* pode ser obrigado a promover o pagamento, sem direito de regresso.
- (B) Não deverá ser condenado ao ressarcimento, pois apenas a Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* pode ser obrigada a promover o ressarcimento, a título de direito de regresso.
- (C) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que independe da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
- (D) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil subjetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.
- (E) Deverá ser condenado ao ressarcimento, pelo direito de regresso, sendo sua responsabilidade civil objetiva, que é aquela que depende da comprovação de ter o servidor agido com culpa ou dolo.

27

Lucas, servidor público federal, tomou conhecimento de que a tomada de determinada decisão administrativa exige a participação de cinco diferentes setores da Administração Pública. Registre-se que se está diante de relevante matéria em discussão, relacionada ao poder sancionador, e que há discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.

Sobre o caso apresentado, considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, assinale a afirmativa correta.

- (A) Essa decisão administrativa poderá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão e por força da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
- (B) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da discordância prejudicial à celeridade do processo administrativo decisório.
- (C) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, já que o referido instituto não tem previsão legal.
- (D) Não é juridicamente cabível que essa decisão administrativa seja tomada por meio de decisão coordenada, por expressa vedação legal.
- (E) Essa decisão administrativa deverá ser tomada por meio de decisão coordenada, em razão da relevância da matéria em discussão.

28

O Prefeito do Município *Beta*, em manifestação publicada nos mais variados meios locais de comunicação, afirmou que trabalhou arduamente para a instituição da fundação *Alfa*, que passou a integrar a Administração Indireta do referido ente federativo.

Considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a autorização para instituir a fundação *Alfa* ocorrerá por meio de

- (A) lei complementar, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- (B) lei específica, cabendo a um decreto regulamentar definir as áreas de sua atuação.
- (C) lei complementar, cabendo a uma lei ordinária definir as áreas de sua atuação.
- (D) lei específica, cabendo a uma lei complementar definir as áreas de sua atuação.
- (E) decreto, cabendo a uma lei específica definir as áreas de sua atuação.

29

Carolina, servidora pública no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), participou de um curso de capacitação que versava sobre os princípios da legalidade e da impessoalidade aplicáveis à Administração Pública.

Sobre esses princípios, considerando as disposições da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) O princípio da *legalidade* está previsto, expressamente, no texto constitucional, enquanto o princípio da *impessoalidade* não está abarcado, expressa ou implicitamente, pelas normas constitucionais.
- (B) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade*, mesmo não tendo previsão constitucional expressa, estão implicitamente abarcados pelas normas constitucionais.
- (C) O princípio da *impessoalidade*, muito embora não tenha previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
- (D) O princípio da *legalidade*, muito embora não possua previsão constitucional expressa, está implicitamente abarcado pelas normas constitucionais.
- (E) Os princípios da *legalidade* e da *impessoalidade* estão previstos, expressamente, no texto constitucional.

30

João, servidor público no Estado do Rio de Janeiro, tomou conhecimento de que, no dever de pagamento pela Administração, será observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, subdividida nas seguintes categorias de contratos: i) fornecimento de bens; ii) locações; iii) prestação de serviços; e iv) realização de obras.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 14.133/2021, analise as afirmativas a seguir.

- I. A ordem cronológica de pagamento poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao Tribunal de Contas competente, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato.
- II. A inobservância imotivada da ordem cronológica de pagamento ensejará a apuração de responsabilidade do agente responsável, cabendo aos órgãos de controle a sua fiscalização.
- III. O órgão ou entidade deverá disponibilizar, mensalmente, em seção específica de acesso à informação em seu sítio na internet, a ordem cronológica de seus pagamentos, bem como as justificativas que fundamentarem a eventual alteração dessa ordem.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Constitucional

31

João tinha alguns problemas em sua vida pessoal e, após consultar um profissional com capacidade postulatória, foi-lhe informado que, em razão da diversidade desses problemas, deveria utilizar as ações constitucionais de *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* e mandado de injunção. Embora não fosse economicamente hipossuficiente, preocupado com os custos envolvidos, questionou o profissional em relação à gratuidade, ou não, dessas ações.

Foi corretamente informado a João que a Constituição da República assegura a gratuidade

- (A) de todas as ações.
- (B) apenas do *habeas corpus*.
- (C) apenas do *habeas corpus* e do *habeas data*.
- (D) apenas do mandado de injunção e do mandado de segurança.
- (E) apenas do *habeas corpus*, do mandado de injunção e do mandado de segurança.

32

O Tribunal de Contas do Estado *Alfa* (TCEA) identificou uma irregularidade em contrato administrativo celebrado pela Secretaria Estadual de Educação, que tem como objetivo a aquisição de material escolar. A irregularidade consistia na existência de superfaturamento de parte dos preços.

Nessa situação, à luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o TCEA deve

- (A) sustar o contrato administrativo.
- (B) rescindir o contrato administrativo.
- (C) pedir autorização à Assembleia Legislativa para sustar o contrato administrativo.
- (D) comunicar à Assembleia Legislativa, que poderá sustar o contrato administrativo.
- (E) determinar a redução dos preços ao valor de mercado, não sendo possível que o TCEA ou a Assembleia Legislativa suste o contrato administrativo.

33

Joana, servidora pública estadual, deseja concorrer a um cargo eletivo nas eleições municipais a serem realizadas no ano subsequente, mas tinha dúvidas em relação à necessidade, ou não, de se afastar do serviço estadual após a investidura, bem como em relação à sua remuneração.

Após analisar a sistemática vigente, Joana concluiu corretamente que, caso seja eleita para o cargo de

- (A) vereadora, deve ser afastada do cargo público estadual, mas continuará a receber a respectiva remuneração.
- (B) prefeita, deve receber tanto a remuneração afeta a esse cargo como a concernente ao cargo público estadual.
- (C) vereadora ou prefeita, deve ser afastada do cargo público estadual, não podendo receber a remuneração afeta a esse último.
- (D) vereadora ou prefeita, pode continuar no cargo público estadual, recebendo a respectiva remuneração, se houver compatibilidade de horários.
- (E) prefeita, pode optar pela remuneração do cargo público estadual, e se for eleita vereadora terá igual direito se não houver compatibilidade de horários.

34

Determinado projeto de lei apresentado na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhado para a análise da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).

Na situação descrita, é correto afirmar, à luz do Regimento Interno (RI) da Alerj, que

- (A) as duas comissões devem se limitar a emitir pareceres, que sempre serão submetidos à deliberação do Plenário.
- (B) as duas comissões devem discutir e votar projeto de lei que, na forma do RI, dispensar a deliberação do Plenário, salvo recurso de um décimo dos membros da Alerj.
- (C) os projetos de lei sempre serão apreciados em caráter terminativo por ambas as comissões, salvo se a submissão ao Plenário for determinada no despacho inicial da Mesa.
- (D) a deliberação da CCJ tem caráter terminativo, enquanto a manifestação da CDC pode ser submetida à deliberação do Plenário, se houver recurso de um décimo dos membros da Alerj.
- (E) as duas deliberações das duas comissões terão caráter terminativo, não sendo submetidas ao Plenário, salvo se for realizado acordo de lideranças, em momento anterior, definindo essa submissão.

35

Em determinada legislatura, foi instituída uma comissão temporária no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), visando à apuração de fato determinado.

No curso dos debates inaugurais, foi discutido entre os integrantes da comissão a possibilidade de convocação do Governador do Estado para comparecer em uma audiência e ser ouvido.

Na situação descrita, é correto afirmar em relação à convocação cogitada que

- (A) é possível, mas a convocação deve ser previamente aprovada pelo Plenário da Alerj.
- (B) é possível apenas se a comissão for uma Comissão Parlamentar de Inquérito.
- (C) é vedada, pois comissões da Alerj não podem convocar autoridades do Poder Executivo.
- (D) não é prevista na Constituição da República a possibilidade de convocação do Chefe do Poder Executivo.
- (E) é possível, mas é necessário assegurar ao Chefe do Poder Executivo a prerrogativa de marcar dia e horário para comparecer.

36

Foi identificado, no âmbito do Estado *Alfa*, o surgimento de diversas sociedades empresárias com objeto social na área de tecnologia, o que suscitou debates, no âmbito da Assembleia Legislativa, em relação à possibilidade de ser editada uma lei disciplinando os contratos a serem celebrados entre as referidas sociedades.

Ao fim dos debates, concluiu-se corretamente que a matéria é de competência legislativa

- (A) privativa da União.
- (B) residual do Estado *Alfa*.
- (C) supletiva do Estado *Alfa*.
- (D) plena dos entes federativos.
- (E) comum entre os entes federativos.

37

Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2026, a equipe econômica da União propôs a exclusão integral das despesas com precatórios e requisições de pequeno valor (RPVs), tanto do limite individualizado de despesas do Poder Executivo quanto da meta de resultado primário, alegando a necessidade de preservar espaço fiscal para investimentos públicos e continuidade de políticas sociais.

Parlamentares, por sua vez, questionaram se essa proposta estaria compatível com o texto constitucional vigente, especialmente após as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 102/2019, nº 109/2021, nº 135/2024 e nº 136/2025, que reforçaram o dever de execução orçamentária, a disciplina fiscal e a integração entre planejamento, orçamento e metas fiscais.

À luz do Art. 165 da Constituição Federal, em sua redação atualizada, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite de despesas e da meta de resultado primário pode ser realizada de forma permanente por meio da LDO, desde que justificada pela necessidade de expansão de investimentos.
- (B) As alterações constitucionais recentes conferiram plena discricionariedade ao Poder Executivo para definir, na LDO, quais despesas obrigatórias serão computadas ou excluídas das metas fiscais.
- (C) A Constituição passou a impor o dever de execução das programações orçamentárias indistintamente a todas as despesas, inclusive às financeiras e às obrigatórias.
- (D) A exclusão das despesas com precatórios e RPVs do limite individualizado do Poder Executivo a partir de 2026 não implica, por si só, sua exclusão definitiva da apuração da meta de resultado primário, a qual deve observar regras constitucionais de incorporação gradual.
- (E) A Constituição autoriza que a LDO afaste, de maneira geral, o cômputo de precatórios e RPVs tanto do limite de despesas quanto da meta fiscal, desde que respeitado o princípio do equilíbrio orçamentário.

38

Um Estado-membro pretende criar uma sociedade de economia mista para explorar diretamente, em regime concorrencial, o serviço de transporte intermunicipal de passageiros, justificando a medida como forma de melhorar a qualidade do serviço. Ao mesmo tempo, cogita-se dispensar licitação para delegar a operação do serviço a uma empresa privada “parceira” por permissão, alegando urgência e interesse público.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) A exploração direta de atividade econômica pelo Estado é livre e independe de justificativa constitucional, bastando lei autorizativa.
- (B) A criação de sociedade de economia mista para explorar atividade econômica sujeita-se a regime jurídico de direito público, com privilégios fiscais típicos da Administração Direta.
- (C) O Estado, como agente normativo e regulador, exerce funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo tais funções determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.
- (D) A delegação de serviço público por concessão ou permissão prescinde de licitação quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo.
- (E) A prestação de serviço público somente pode ocorrer diretamente pelo Poder Público, sendo vedada a delegação por concessão ou permissão.

39

Durante a apreciação das contas de determinado ente federativo, foram identificadas irregularidades relacionadas à execução de despesas sem adequada comprovação de economicidade e ao descumprimento de normas de planejamento orçamentário.

Diante disso, suscitou-se discussão sobre o alcance da fiscalização contábil, financeira e orçamentária prevista na Constituição Federal.

Sobre o caso narrado, assinale a afirmativa correta.

- (A) A fiscalização contábil, financeira e orçamentária limita-se à verificação da legalidade formal dos atos administrativos.
- (B) O controle externo é exercido exclusivamente pelos Tribunais de Contas, de forma autônoma em relação ao Poder Legislativo.
- (C) A economicidade é critério autônomo e obrigatório de fiscalização, expressamente previsto no art. 70 da CF, condicionada à comprovação prévia de dano ao erário.
- (D) Compete ao Poder Executivo exercer o controle interno; ao Tribunal de Contas, o controle externo; e, ao Poder Legislativo, apenas o julgamento político das contas.
- (E) A titularidade do controle externo é do Poder Legislativo, que o exerce com o auxílio dos Tribunais de Contas, os quais atuam como órgãos técnicos especializados, sem substituir a função política e institucional do Parlamento. Trata-se de um modelo que combina controle democrático e controle técnico, assegurando *accountability* na gestão dos recursos públicos.

40

Durante a tramitação do projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA), parlamentares apresentaram emendas individuais destinadas a Municípios. Parte delas por meio de transferências especiais, sem vinculação à finalidade específica, e a outra parte por transferências com finalidade definida. No curso do processo legislativo, surgiram questionamentos sobre os limites dessas emendas, sua execução obrigatória e o papel da Comissão de Orçamento.

À luz da Constituição Federal, assinale a afirmativa correta.

- (A) As emendas individuais ao projeto de lei orçamentária podem ser aprovadas sem limite percentual da receita corrente líquida, desde que observem a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e a LDO.
- (B) A execução das emendas individuais é obrigatória apenas quando destinadas a ações e serviços públicos de saúde, permanecendo discricionária nos demais casos.
- (C) As emendas individuais impositivas podem alocar recursos a Estados e Municípios por transferência especial ou por transferência com finalidade definida, observadas as vedações constitucionais quanto à destinação dos recursos.
- (D) As emendas individuais somente produzem efeitos após aprovação definitiva pelo Plenário do Congresso Nacional, não se submetendo à apreciação prévia da Comissão Mista de Orçamento.
- (E) Os recursos oriundos de transferências especiais integram a receita do ente federado beneficiário para fins de cálculo dos limites de despesa com pessoal e de endividamento.

Legislação Específica

41

Maria, servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado do Rio de Janeiro, após regular processo administrativo, sofreu a sanção de demissão.

Irresignada com essa sanção, ingressou com ação judicial requerendo a sua anulação, em virtude da não observância das garantias do contraditório e da ampla defesa, o que foi acolhido pelo Poder Judiciário. Por essa razão, foi determinado o seu retorno ao serviço público, o que efetivamente ocorreu.

À luz da sistemática adotada pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que ocorreu

- (A) a nomeação de Maria.
- (B) a reintegração de Maria.
- (C) a readaptação de Maria.
- (D) o aproveitamento de Maria.
- (E) o reenquadramento de Maria.

42

Em determinada legislatura, diversos servidores públicos da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) procuraram determinado Deputado Estadual, e informaram que seria conveniente que ocorresse a criação de novos cargos efetivos, de modo a ampliar a qualidade do serviço.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, o Deputado Estadual esclareceu, corretamente, aos servidores que

- (A) a Mesa Diretora pode editar decreto legislativo criando os novos cargos.
- (B) apenas a Mesa Diretora pode apresentar o projeto de resolução sobre a matéria.
- (C) qualquer Deputado Estadual pode apresentar o respectivo projeto de lei sobre a matéria.
- (D) um terço dos Deputados Estaduais pode apresentar projeto de decreto legislativo sobre a matéria.
- (E) apenas a Mesa Diretora pode propor à Assembleia a edição de decreto legislativo sobre a matéria.

43

Determinada proposição legislativa, submetida à apreciação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), tramita em regime de urgência, sendo encaminhada para a análise de três comissões permanentes dessa Casa Legislativa.

À luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

- (A) as comissões devem emitir parecer, em caráter conjunto, de maneira imediata.
- (B) os prazos de tramitação ordinária serão contados pela metade, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.
- (C) as comissões devem emitir parecer, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas ou diretamente em Plenário, conforme o despacho da Mesa.
- (D) a proposição deve ser imediatamente incluída na Ordem do Dia, não sendo previamente encaminhada às comissões, que devem emitir parecer oralmente.
- (E) as comissões devem emitir parecer, observado, isoladamente, o prazo de 3 (três) dias, ressalvadas as exceções previstas no Regimento Interno.

44

Após a tramitação de processo administrativo disciplinar, foi aplicada a Inácio, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito da Administração Pública direta do Estado do Rio de Janeiro, a pena disciplinar de suspensão.

Na situação descrita, considerando os balizamentos estabelecidos pelo Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que a

- (A) pena não excedeu 90 (noventa) dias.
- (B) conduta de Inácio não foi praticada com dolo ou má-fé.
- (C) pena não acarretará a perda das vantagens decorrentes do exercício do cargo.
- (D) conduta de Inácio não configurou falta grave, o que acarretaria a demissão.
- (E) pena pode ser convertida em multa, no percentual legal e observados os requisitos previstos.

45

Determinada proposição legislativa em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Ao tomar conhecimento desse encaminhamento, João, Deputado Estadual e que não integra a CCJ, decidiu verificar a possibilidade de assistir às respectivas reuniões e apresentar emenda no âmbito da comissão.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, João concluiu, corretamente, que

- (A) não pode assistir às reuniões.
- (B) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoio de uma liderança partidária.
- (C) não pode apresentar a emenda, ainda que com o apoio de um dos membros da CCJ ou de liderança partidária.
- (D) pode apresentar a emenda, mas necessita de apoio de um dos membros da CCJ, só podendo versar sobre matéria de sua competência.
- (E) pode assistir às reuniões e apresentar a emenda, mas necessita, nesse último caso, de apoio de ao menos 5 (cinco) Deputados Estaduais.

46

Maria, Deputada Estadual na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, tinha dúvidas em relação à possibilidade de vir a perder o mandato ou deixar de receber o subsídio em razão da fruição de uma licença.

Após analisar a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, Maria concluiu corretamente que a licença

- (A) por motivo de doença fará cessar o pagamento do subsídio caso ultrapasse 180 (cento e oitenta) dias.
- (B) por motivo de doença não fará cessar o pagamento do subsídio, desde que não ultrapasse 15 (quinze) dias.
- (C) para tratar de assunto de interesse particular não fará cessar o pagamento do subsídio caso não ultrapasse 30 (trinta) dias por legislatura.
- (D) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio e não pode ultrapassar 120 (cento e vinte) dias por sessão legislativa.
- (E) para tratar de assunto de interesse particular fará cessar o pagamento do subsídio caso se estenda por lapso que supere 90 (noventa) dias por legislatura.

47

Maria, servidora de uma Secretaria do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, constatou que outro servidor não estaria exercendo com estrita moderação as prerrogativas funcionais, o que, em tese, configuraria afronta ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Por essa razão, desejava encaminhar peças para a estrutura orgânica responsável pela apuração da referida conduta.

Após consultar o decreto de regência, Maria concluiu corretamente que a apuração deve ser realizada

- (A) pela comissão central de ética, integrada por 5 (cinco) servidores nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.
- (B) pelo superior hierárquico do servidor que teria violado o dever ético, com o encaminhamento das conclusões ao Secretário de Estado.
- (C) pela comissão permanente de inquérito administrativo, que deve sugerir ao Secretário de Estado a adoção das medidas correspondentes à sua esfera de competência.
- (D) pela comissão temporária de ética, integrada por cinco servidores designados pelo Secretário de Estado, entre ocupantes de cargo de provimento efetivo, com mandato de 2 (dois) anos.
- (E) por uma comissão de ética setorial, que deve ser constituída no âmbito da Secretaria, integrada por três servidores, titulares de cargo efetivo ou emprego permanente, designados pelo respectivo dirigente.

48

Pedro, servidor público da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), sofreu uma pena disciplinar após regular processo administrativo em que foram asseguradas as garantias do contraditório e da ampla defesa. Sete meses depois, Pedro decidiu requerer a revisão da pena disciplinar.

De acordo com a sistemática estabelecida no Decreto nº 2.479/1979, é correto afirmar que

- (A) a revisão pode ter por base a injustiça da penalidade.
- (B) a revisão não exige que sejam aduzidos fatos ainda não conhecidos.
- (C) o falecimento de Pedro não obsta que a revisão seja requerida por terceiro.
- (D) a revisão deve ser realizada no âmbito do Poder Judiciário, não no plano administrativo.
- (E) o pedido de revisão é intempestivo, considerando o decurso de seis meses desde a aplicação da sanção.

49

Alguns anos após iniciar o exercício funcional como servidora pública ocupante de cargo de provimento efetivo na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), Maria desejava obter o seu desenvolvimento funcional, com a passagem para o nível seguinte, no índice imediatamente superior.

Após analisar o Plano de Carreira instituído pela Resolução Alerj nº 590/1994, Maria concluiu corretamente que

- (A) o desenvolvimento funcional pode ocorrer para área ou especialização diversa daquela em que ela se encontra.
- (B) o interstício exigido, em relação ao desenvolvimento funcional anterior, na mesma modalidade, é de 1 (um) ano.
- (C) a sua requisição para outro órgão público não obsta que concorra para essa modalidade de desenvolvimento funcional.
- (D) o tempo mínimo de exercício funcional na Alerj, para que ela concorra nessa modalidade de desenvolvimento funcional, é de 2 (dois) anos.
- (E) o processo concernente à referida modalidade de desenvolvimento funcional é realizado anualmente, no segundo semestre.

50

Diversas organizações não governamentais do norte fluminense iniciaram uma mobilização da população diretamente interessada, visando à apresentação de projeto de lei de iniciativa popular.

Ao analisar a Constituição Estadual, em relação à possibilidade, ou não, de a referida proposição vir a ser apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), concluíram corretamente que

- (A) a matéria não foi disciplinada na Constituição Estadual.
- (B) o projeto deve ser subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado do Estado.
- (C) o projeto deve ser totalmente subscrito por meio de assinatura digital autenticada.
- (D) o projeto deve ser subscrito por eleitores distribuídos em, pelo menos, dez por cento dos Municípios, com não menos de um décimo por cento dos eleitores de cada um deles.
- (E) o projeto pode ser subscrito por organizações não governamentais que congreguem, em seus quadros, não menos de um décimo por cento do eleitorado do Estado, cabendo aos eleitores ratificá-lo perante a Alerj.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

51

A Lei nº 7197/1984 instituiu o dia dois de dezembro como o *Dia Nacional das Relações Públicas*.

A data foi escolhida em homenagem

- (A) ao nascimento de Ivy Lee, considerado o Pai das Relações Públicas Modernas.
- (B) à data de publicação da Lei nº 5.377, que instituiu e tornou obrigatório o registro para o exercício profissional de Relações Públicas no Brasil.
- (C) à data de fundação do primeiro curso de graduação em Relações Públicas no Brasil.
- (D) à morte de Ivy Lee, considerado o Patrono Internacional de todos os profissionais de Relações Públicas.
- (E) ao nascimento de Eduardo Pinheiro Lobo, considerado o Patrono das Relações Públicas no Brasil.

52

A Lei nº 5.377/ 1967 instituiu e tornou obrigatório o registro profissional de Relações Públicas.

Naquele momento, os que já exerciam a profissão anteriormente

- (A) deveriam buscar um curso de graduação em Comunicação Social – habilitação Relações Públicas para, após a obtenção do diploma, requerer o registro profissional.
- (B) precisariam prestar uma prova teórico-prática, elaborada pelo Conselho Federal de Relações Públicas, para assim comprovar proficiência e obter o registro profissional.
- (C) deveriam apresentar, até fevereiro de 1968, documentação comprobatória de exercício das Relações Públicas, como atividade principal, permanente e remunerada há, no mínimo, 5 anos, para obter o registro.
- (D) precisariam estar exercendo as funções de Relações Públicas há, pelo menos, 24 meses, e atender aos requisitos comprobatórios estabelecidos na Lei, para poder obter o registro.
- (E) estariam autorizados a exercer a profissão de Relações Públicas sem registro profissional em empresas privadas, sendo o mesmo requerido apenas em empresas estatais, cuja admissão ocorresse mediante concurso público.

53

O “Alô Alerj” é apresentado como um canal de comunicação entre o cidadão e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Ele pode ser usado para registrar reclamações, solicitações e sugestões nas comissões listadas a seguir, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) Prevenção ao Uso de Drogas e Dependentes Químicos em Geral.
- (B) Defesa e Proteção dos Animais.
- (C) Economia do Mar e Segurança Fluvial.
- (D) Pessoa com Deficiência.
- (E) Segurança Pública e Assuntos de Polícia.

54

Leia o fragmento a seguir.

É importante saber que nas crises, na maioria das vezes, as percepções são mais importantes do que os fatos. Além disso, a percepção pública é formada pela emoção, não pela razão. Segundo o Reputation Institute, os atos dos stakeholders são baseados em _____. Para criar sentimentos positivos, organizações têm que ser _____ para os stakeholders e se engajar com eles nos assuntos com os quais eles se preocupam. O processo ativo de criar uma forte reputação é chamado de *reputing* (sem tradução no português). (...). O *reputing* alinha _____ (o que a companhia é), _____ (o que a companhia diz) e ações (o que a companhia faz). *Reputing* é um processo desenhado para construir e reforçar relações _____ entre a empresa e seus stakeholders.

(FORNI, 2019:36)

Assinale a opção que apresentam os termos que, corretamente, completam as lacunas do fragmento acima.

- (A) lucros – estratégicas – propósito – imagem – comerciais
- (B) sentimentos – relevantes – identidade – comunicação – confiáveis
- (C) acontecimentos – verdadeiras – imagem – discurso – instáveis
- (D) resultados – lucrativas – missão – linguagem – duradouras
- (E) empatia – transparentes – visão – mensagem – efêmeras

55

Leia o texto a seguir.

O marketing acaba sendo a melhor plataforma de planejamento para uma agência pública que queira atender às necessidades do cidadão e que queira entregar valor real. A preocupação central do marketing é a produção de resultados que o mercado-alvo valoriza. No setor privado, o mantra do marketing é a valorização e a satisfação do _____. No setor público, o mantra do marketing é a valorização e a satisfação do _____.

(Kotler e Lee, 2008: 23)

Assinale a opção que apresenta os termos que completam corretamente o texto acima.

- (A) *stakeholder* – contribuinte
- (B) acionista – eleitor
- (C) *prospect* – *lead*
- (D) cliente – cidadão
- (E) povo – *target*

56

Os serviços e programas sociais têm como objetivo promover mudanças sociais, que podem ser divididas em

- I. mudança cognitiva;
- II. mudança de ação;
- III. mudança de comportamento;
- IV. mudança de valor.

A ação focada na mudança de valor inclui as campanhas

- (A) contra a segregação racial.
- (B) para anunciar novas alíquotas tributárias.
- (C) de doação de agasalhos.
- (D) de vacinação em massa.
- (E) contra o hábito de fumar.

57

A transparência pública pode ser dividida em *ativa* e *passiva*.

Sobre a transparência ativa é correto afirmar que os órgãos e entidades sujeitos às determinações da Lei de Acesso à Informação

- (A) devem possuir um Serviço de Informação ao Cidadão – SIC, instalado em um local físico com condições apropriadas para atender e orientar o público e receber e tratar os pedidos de acesso à informação.
- (B) podem usar canais digitais como “Fale Conosco” ou “Ouvidoria” para receber pedidos de Lei de Acesso à Informação, desde que atendam aos requisitos da Lei.
- (C) devem, preferencialmente, compartilhar o *site* oficial da Internet, desde que tenha o domínio “gov.br”, como outras entidades, municípios ou estados para otimizar os esforços de comunicação com os cidadãos.
- (D) podem substituir o *site* oficial próprio por perfis oficiais em redes sociais como *Instagram*, *Facebook* e *Twitter* para promover a transparência e a divulgação das informações relevantes aos cidadãos.
- (E) devem manter *sites* oficiais, nos quais seja possível a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, inclusive abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto, de modo a facilitar a análise das informações.

58

O assessor de imprensa busca obter espaços positivos na mídia, sem esquecer que seu papel é representar o assessorado.

Nesse contexto, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Nas festas de final de ano, como ação de relacionamento, é aconselhável que o assessor de imprensa envie presentes caros para os jornalistas que costumam publicar informações positivas sobre o assessorado.
- II. Ao prestar informações para um jornalista, o assessor de imprensa deve buscar ter o máximo de controle sobre a produção noticiosa, revisando o título, o *lead* e todas as informações existentes na matéria, antes de sua publicação.
- III. Nas coletivas, o assessor de imprensa deve ficar atento para que o foco da entrevista seja mantido, mas, em caso de perguntas fora da pauta, disponibilizar-se a obter as respostas de modo célere.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

59

O *clipping* é uma das atividades típicas de uma assessoria de imprensa e consiste em monitorar, sistemática e rotineiramente, veículos de comunicação para identificar as citações sobre a organização ou temas previamente determinados.

O resultado desse processo pode ser identificado publicamente no *site* do Palácio Tiradentes, sede da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, na seção

- (A) Agenda cultural.
- (B) Notícias.
- (C) Galerias.
- (D) Na Mídia.
- (E) Impressos.

60

Leia o trecho inicial de matéria “Alerj aprova projeto para promover como oficial maiores bombeiros com 22 anos de serviço”, disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro.

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou, nesta terça-feira (09/12), em discussão única, o Projeto de Lei nº 6.806/2025, de autoria do Poder Executivo, que regulamenta a promoção por tempo de serviço para oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ), atualizando a Lei nº 880/1985 (Estatuto dos Bombeiros Militares). A medida segue para sanção ou veto do governador.

O parágrafo acima é um exemplo de

- (A) sub-lead.
- (B) lead narrativo.
- (C) lead clássico.
- (D) nariz de cera.
- (E) lead flash.

61

A TV Alerj é apresentada como “um veículo de divulgação e transparência da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, transmitindo 24 horas diárias pelo canal 12 da Net, 10.2 UHF digital e no YouTube”.

Seu objetivo declarado é aproximar os parlamentares dos cidadãos do estado. Para isso, sua grade apresenta os programas listados a seguir, **à exceção de um**. Assinale-o.

- (A) Prioridade em pauta.
- (B) Debate Papo com Alberto Brizola.
- (C) Alerj Notícias.
- (D) Jornal Bom Dia Alerj.
- (E) Quintas com Quintaes.

62

Em novembro de 2025, foi sancionada a lei que instituiu a Política Nacional de Linguagem Simples, voltada a facilitar a comunicação entre órgãos públicos e a população.

Ela indica que a comunicação dirigida ao cidadão deve

- (A) evitar, em termos textuais, o uso de frases curtas, em ordem direta, e o desenvolvimento de uma única ideia por parágrafo.
- (B) priorizar oralmente o uso de substantivos, em substituição aos verbos, e de estrangeirismos, desde que explicados.
- (C) utilizar termos que evidenciem a inclusão, sendo indicado o uso de “x”, “@” ou “u” para designar o gênero neutro.
- (D) priorizar, em termos textuais, o uso de frases intercaladas e na voz passiva.
- (E) organizar o texto de forma esquemática, quando couber, com o uso de listas, tabelas e recursos gráficos.

63

Ao desenvolver uma campanha de *endomarketing*, com o objetivo de estimular funcionários a adotarem uma nova postura ou comportamento, é importante pensar em cinco aspectos, a saber:

- I. desafios propostos de forma lúdica;
- II. estímulos e incentivos constantes;
- III. informação para gerar envolvimento;
- IV. reconhecimento permanente; e
- V. recompensas opcionais.

Sobre esses aspectos, é correto afirmar que

- (A) as informações fornecidas aos colaboradores devem se restringir às demandas, às metas e aos prazos de entrega.
- (B) o reconhecimento deve ser abordado em duas instâncias: o que é realizado pela organização e o que é manifestado pelo gestor direto.
- (C) para manter os níveis de estímulo e desafios constantes, é importante lembrar sempre ao colaborador sobre as perdas que ele pode ter caso não alcance as metas estabelecidas.
- (D) embora as recompensas sejam o principal estímulo à mudança de comportamento, elas são opcionais devido ao alto custo financeiro.
- (E) ao propor desafios de modo lúdico é necessário informar claramente as regras do jogo e, sobretudo, as consequências pessoais, caso os objetivos não sejam alcançados.

64

Leia o texto a seguir.

**Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher
debate a Violência Estatal**

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, realiza nesta terça-feira (09/12), audiência pública com o tema “Mulheres e Violência Estatal”. O encontro será a partir das 10h, na sala 1801 do Edifício Lúcio Costa, sede do Parlamento. Foram convidadas para participar da audiência a assistente social da Ouvidoria da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro (DPRJ), Lidiane Helena; a representante do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), Elisa Martins; a coordenadora do Eixo Direito à Segurança Pública e Acesso à Justiça das Redes da Maré, Tainá Alvarenga, entre outras convidadas.

(Disponível no site da Alerj)

Esse tipo de comunicação, assinado “Por Comunicação Social”, é um(a)

- (A) reportagem.
- (B) artigo.
- (C) editorial.
- (D) clipping.
- (E) aviso de pauta.

65

O *Glossário de Crise*, publicado pelo Observatório Brasileiro de Comunicação e Crise (OBCC), em 2025, traz 60 verbetes, desenvolvidos por 47 autores de seis países.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a definição do verbo *issues management*.

- (A) Processo estratégico usado para antecipar, identificar, analisar e responder a temas polêmicos, antes que se tornem crises e impactem uma organização, envolvendo, entre outras ações, rastrear a opinião pública e monitorar tendências.
- (B) Análise retrospectiva, realizada após a resolução de um incidente, cujo objetivo é entender o que e por que ocorreu, e como prevenir recorrências do risco de reputação que desencadeou incidente ou crise.
- (C) Documento estratégico que incorpora informações básicas para orientar uma empresa sobre os critérios para constituição de um Comitê de Crise, que atuará na redução dos impactos da crise na reputação da organização.
- (D) Recurso usado dentro do planejamento de comunicação que serve para balizar o posicionamento institucional da empresa e sustentar outras comunicações que venham a ser realizadas.
- (E) Documento minucioso, elaborado por equipe multidisciplinar, que oferece alternativas de respostas, atitudes, posturas e comportamentos a controvérsias que se apresentem diante de situações que envolvam risco, crises ou emergências.

66

Existem diversos tipos de redes sociais digitais, que podem ser classificados de acordo com suas funções primárias.

As “Redes sociais baseadas em mídia” têm como funções primárias o *streaming* multimídia e a interação entre usuários e criadores de conteúdo.

Esse tipo de rede pode ser exemplificado no

- (A) E-mail do Alô Alerj.
- (B) Alô Alerj no Whatsapp.
- (C) Perfil da Alerj no X (antigo Twitter).
- (D) Alerj Digital no Youtube.
- (E) Perfil Alerj – Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro no LinkedIn.

67

O *social listening* busca compreender o contexto, o sentimento e as nuances por trás das interações *online*.

Devido à impossibilidade de fazer esse tipo de monitoramento manualmente, é necessário o apoio de ferramentas de *social listening*, tais como

- (A) Tinkercad e RD Station.
- (B) Lovable e Notebook LM.
- (C) Google Pinpoint e Gamma.
- (D) Brandwatch e Mention.
- (E) Google Trends e Robot Studio.

68

Ao tentar traçar um modelo de comunicação pública estatal para os países sul-americanos, em geral, e para o Brasil, em particular, Haswani (2013) indicou uma etapa destinada a “*Apuração das demandas de informação e de comunicação em cada órgão público*”, situando-as nas dimensões:

- divulgação de normas e leis;
- divulgação da estrutura, do funcionamento dos órgãos públicos e os modos de acessá-los;
- utilidade pública emergencial;
- utilidade pública permanente;
- promoção da imagem institucional; e
- campanhas emergenciais.

Observe as publicações a seguir, disponíveis no perfil da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, no Instagram.

1



2



Elas atendem, respectivamente, às demandas por

- (A) promoção da imagem institucional / utilidade pública emergencial.
- (B) campanhas emergenciais / divulgação da estrutura, do funcionamento e os modos de acessar os órgãos públicos.
- (C) promoção da imagem institucional / divulgação de normas e leis.
- (D) utilidade pública permanente / promoção da imagem institucional.
- (E) divulgação de normas e leis / utilidade pública permanente.

69

Um estagiário da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) foi instado, por seu superior hierárquico, a indicar duas especializações subjacentes à área de divulgação e relações públicas.

O estagiário indicou corretamente, em consonância com a Resolução nº 590/1994, da Alerj, as especializações de

- (A) divulgação e comunicações.
- (B) comunicação social e cerimonial.
- (C) discurso e convencimento multitudinário.
- (D) relações públicas e organização e método.
- (E) publicidade institucional e sociologia da comunicação.

70

Leia o texto a seguir sobre a relação entre fontes e jornalistas.

Estabelecer uma relação profissional com jornalistas tem conexão com a compreensão do papel da imprensa nas sociedades democráticas, independentemente do desconforto e do risco que a interação possa causar. É a mídia que exerce a vigilância sobre as demais instituições, expressa os conflitos e expõe os contraditórios da visão e atuação dos diferentes atores sociais.

Aproveitar cada oportunidade para transmitir informações com segurança e precisão exige, além de compromisso em prestar contas à sociedade, habilidades que podem reduzir os riscos: capacidade de definir previamente e apresentar mensagens, lidar com a linguagem e as características dos diferentes tipos de veículo e se adaptar a cada circunstância.

(DUARTE, 2018: 338)

Portanto, ao preparar uma fonte para uma entrevista, deve-se orientá-la a

- (A) solicitar que o jornalista envie previamente todas as perguntas, e a interromper imediatamente a entrevista caso seja feito algum questionamento fora do *script*.
- (B) elencar os temas de seu interesse e, independentemente da pergunta do jornalista, trazê-los para as respostas, impedindo que qualquer assunto polêmico surja na entrevista.
- (C) definir previamente mensagens-chave, que podem ser usadas para retomar uma questão relevante ou chamar a atenção para algo que não tenha ficado claro, sem deixar de responder às perguntas do jornalista.
- (D) usar estratégias de fornecimento de contexto e detalhes técnicos para deter o máximo de tempo de vídeo, ao responder cada pergunta feita em entrevistas para televisão.
- (E) olhar diretamente para o cinegrafista e segurar o microfone do repórter ao responder cada pergunta feita em entrevistas para a televisão.

71

O Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (Conferp) publicou, em novembro de 2025, a Resolução Normativa 133, que *“altera e atualiza a Resolução Normativa 123/2024, publicada no DOU em 29 de junho de 2024, seção I, página 338, considerando o registro de profissionais oriundos de cursos superiores conexos às Relações Públicas decorrentes da RN 132/2025, publicada no DOU em 31 de outubro de 2025, seção I, página 197”*.

Sobre essa resolução e seus impactos, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os bacharéis e tecnólogos egressos dos cursos superiores conexos terão seus registros concedidos de acordo com a especificidade da formação superior indicada pela RN 132/2025.
- (B) Os bacharéis advindos de qualquer curso das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas poderão obter registro e desempenhar funções de profissional de Relações Públicas.
- (C) Os únicos cursos em nível de graduação tecnológica aceitos para emissão de registro são Assessoria de Comunicação, Comunicação Corporativa e Comunicação Institucional.
- (D) Os profissionais advindos dos cursos superiores conexos, mesmo após a obtenção do registro, mantêm-se sujeitos às regras de Deontologia previstas em seus Códigos de Ética de origem.
- (E) Em conformidade com a RN 132/2025 e, por ter força de Lei, a RN 133/2025 determina que os casos omissos nas Resoluções sejam resolvidos unicamente pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

72

Um grupo de Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) entendeu que a sistemática regimental afeta a determinada temática deveria sofrer alteração.

Após analisar o Regimento Interno da Alerj, o grupo concluiu corretamente que

- (A) a Mesa Diretora deve emitir parecer sobre a proposição que venha a ser apresentada.
- (B) a proposição pode ser apresentada nos dois primeiros meses de cada sessão legislativa.
- (C) a iniciativa da proposição é privativa do Presidente da Alerj, que é eleito por seus pares.
- (D) o pedido de urgência na análise da proposição somente pode ser apresentado pelo seu autor.
- (E) a instalação de comissão especial para a análise de proposição dessa natureza é requisito essencial do processo legislativo.

73

A Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) aprovou o projeto de lei complementar nº X (PLCX), que foi encaminhado para o Governador do Estado para fins de sanção.

O Chefe do Poder Executivo vetou o projeto, tendo a Alerj, na forma regimental, confirmado o veto. Logo depois, um grupo de Deputados Estaduais cogitou a imediata apresentação de novo projeto sobre a mesma matéria.

Na situação descrita, à luz do Regimento Interno da Alerj, é correto afirmar que

- (A) é possível a apresentação imediata de novo projeto de lei complementar, pois o PLCX não foi rejeitado pela Alerj.
- (B) é possível a apresentação de novo projeto de lei complementar, mas apenas na próxima legislatura, não de forma imediata.
- (C) é vedada a apresentação, a qualquer tempo, de novo projeto de lei complementar, tendo por objeto a mesma matéria do projeto rejeitado.
- (D) é possível a apresentação de novo projeto de lei complementar, mas apenas na próxima sessão legislativa, não de forma imediata.
- (E) é possível a apresentação imediata de novo projeto de lei complementar, tendo por objeto a mesma matéria do projeto rejeitado, desde que não seja idêntico a esse último.

74

Diversas organizações não governamentais iniciaram um movimento de grande impacto junto à população, visando à aprovação de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico e Social de Estado (PEDES).

Ao receber os líderes do movimento, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) informou corretamente que, de acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, o referido plano

- (A) é veiculado pela Alerj, por meio de resolução.
- (B) é veiculado pela Alerj, por meio de decreto legislativo.
- (C) tem natureza legal, sendo prevista a fase de sanção do Chefe do Poder Executivo.
- (D) é aprovado por meio de resolução do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social.
- (E) é aprovado por meio de decreto do Poder Executivo, ouvido o Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social.

75

Um servidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), especializado em Relações Públicas, foi instado a oferecer subsídios na estruturação de uma manifestação a ser elaborada pela liderança de determinado bloco partidário.

Em termos estruturais, um aspecto que se mostrou relevante ao servidor foi a informação dos contornos essenciais de um bloco dessa natureza, de modo que a referida manifestação pudesse ser mais bem avaliada pelos seus destinatários.

Assinale o dado corretamente sugerido pelo servidor, em relação aos referidos aspectos estruturais, que deveria ser informado.

- (A) O líder do bloco, embora não possa encaminhar a votação, pode fazer uso da palavra.
- (B) O quantitativo de Deputados Estaduais que integram o bloco não pode ser inferior a 3 (três).
- (C) O bloco possui uma pluralidade de líderes, correspondentes a cada um dos partidos políticos que o integram.
- (D) Cada partido político integrante do bloco parlamentar pode fazer parte de outro bloco concomitantemente.
- (E) O bloco, uma vez constituído, somente é extinto na legislatura em que isto venha a ser deliberado pelos partidos políticos que o integram.

Read the following text and answer the next five questions (76-80).

The implications of a rapidly changing information ecosystem on how governments communicate

Public communication does not happen in a vacuum: the context in which it occurs is core to understanding the challenges and opportunities it faces. Indeed, the analysis of its role for policy and governance mechanisms is made urgent by shifts in the information ecosystem that have transformed the function over the past decade and raised important implications for democracy. The technological revolution that has connected the world through social media has given rise to online social movements and simplified the creation and sharing of content and data. Such changes have also facilitated, however, the spread of mis- and disinformation, contributed to undermining the role of traditional information gatekeepers, and have fundamentally changed how governments communicate. Whereas until the early 2000s a so-called “one-to-many” model of communication prevailed, this has shifted today to a “many-to-many” model. Anyone can be both a producer and a consumer of information, and anybody with an internet connection has the potential to engage with and influence public debates.

Traditionally, governments had largely relied on traditional media to amplify official messages to reach citizens. With the advent of digital channels, this approach has gradually lost its primacy to direct institution-to-individual communication via online platforms that bypass traditional media. This shift has also enabled a broader scope for governments to communicate about more diverse policy issues targeted to more specific audiences, as traditional media tend to concentrate on “newsworthy” subjects and political affairs, often under-reporting less mainstream issues. The unprecedented volumes of data that promise to make communication ever more precise, combined with the direct, unmediated access to vast and diverse publics, are some of the opportunities and challenges that have emerged.

At the same time, digital platforms have altered patterns in people’s consumption of information and raised demands on their attention. The latter has become a resource that technology companies sell to advertisers. In turn, the design of online platforms and their algorithms, and the massive increase in the volume of information served to increase competition for what content people pay attention to, while making focus more superficial. As governments compete with all other information sources for the public’s attention, cognitive and psychological factors such as information overload can undermine the efficacy of even well-crafted content.

Online and social media have also heightened the pace at which information travels, accelerated the news cycle, and enabled a wider range of actors to drive discussions on policy issues. Taken together, digital technologies have produced a complex information ecosystem that has made it more challenging for official messages to “cut through the noise”. Cumulatively, these changes require considerable adjustments to practices, public officials’ skills, and even to how communication is organised, if governments are to make the most of the digital transformation and ensure it can promote better governance. [...]

The ability for governments to use the communication function to promote constructive democratic spaces is critically threatened by widespread mis- and disinformation. When falsehoods spread extensively and rapidly on issues of public policy, official messages are drowned out, creating significant challenges for public communicators to get key information out to all groups in society. Whether in the context of elections, health crises, migration or climate change, mis- and disinformation cast evidence and facts into doubt, sow distrust, and work against policy goals.

Adapted from: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2021/12/oecd-report-on-public-communication_b74311bc/22f8031c-en.pdf

76

Based on the information provided by the text, mark the statements below as true (T) or false (F).

- () Public messages are detached from their environment.
- () The pervasiveness of “many-to-many” communication predates the turn of the century.
- () Innovations in technology have enabled the quick spread of inaccurate information.

The statements are, respectively:

- (A) T – T – F
- (B) T – F – F
- (C) T – F – T
- (D) F – T – F
- (E) F – F – T

77

“Indeed” in “Indeed, the analysis of its role for policy and governance mechanisms is made urgent” (1st paragraph) indicates:

- (A) frequency
- (B) condition
- (C) emphasis
- (D) cause
- (E) doubt

78

The first word in “shifts in the information ecosystem” (1st paragraph) is close in meaning to:

- (A) halts
- (B) breaks
- (C) changes
- (D) increases
- (E) investments

79

The verb phrase in “official messages are drowned out” (5th paragraph) is in the:

- (A) simple past, active voice
- (B) past perfect, passive voice
- (C) present perfect, active voice
- (D) simple present, passive voice
- (E) present continuous, passive voice

80

The text ends by pointing out the need for governments to be:

- (A) watchful
- (B) forgetful
- (C) wasteful
- (D) cheerful
- (E) grateful

QUESTÃO DISCURSIVA

A) Leia o trecho inicial da matéria publicada no *site* do Tribunal Superior Eleitoral, em outubro de 2025.

#VotonaDemocracia: falta 1 ano para as Eleições Gerais de 2026
Confira as principais regras e datas do pleito, bem como os serviços oferecidos pela Justiça Eleitoral



Quando o calendário marcar o dia 4 de outubro de 2026, cerca de **155 milhões de eleitoras e eleitores aptos a votar no Brasil e no exterior**, de acordo com dados de setembro de 2025, deverão ir às urnas para escolher o presidente e o vice-presidente da República, os governadores e vice-governadores dos estados e do Distrito Federal, além de deputados federais e estaduais ou distritais e dois senadores por unidade da Federação.

Só é realizado 2º turno quando o candidato majoritário não alcança maioria dos votos válidos, conforme os artigos 28 e 29, inciso II, e o artigo 77 da Constituição Federal, nas eleições para presidente e vice-presidente da República, governadores e vice-governadores dos estados e do Distrito Federal.

As Eleições Gerais de 2026 terão como slogan #votonademocracia.

Direito de votar

O voto no Brasil é obrigatório para cidadãos alfabetizados entre 18 e 70 anos e facultativo para jovens de 16 e 17 anos, idosos acima de 70 anos, analfabetos e pessoas com deficiência que tenham dificuldade para o exercício do voto.

Para votar, a eleitora e o eleitor devem estar em situação regular. Por isso, é importante ficar atento aos prazos do Cadastro Eleitoral e se informar sobre os serviços disponibilizados pela Justiça Eleitoral.

Na página do **Autoatendimento Eleitoral**, é possível tirar o título de eleitor ou regularizar o título cancelado, imprimir o documento ou pedir a transferência de domicílio eleitoral.

Por lá, também é permitido emitir certidões eleitorais, consultar débitos e imprimir boletos de quitação de multas, além de solicitar a inclusão do nome social no título, entre outros serviços.

Cadastro eleitoral

A Lei das Eleições (**Lei nº 9.504/1997**) determina que nenhum requerimento de inscrição eleitoral ou de transferência seja recebido dentro dos 150 dias anteriores à data da eleição. Nas Eleições Gerais de 2026, o prazo para tirar o título de eleitor, emitir a segunda via do documento, regularizar ou atualizar o cadastro eleitoral vai até o dia 6 de maio de 2026. Após esse período, o cadastro estará fechado.

O título de eleitor regularizado e em dia é pré-requisito para que a eleitora e o eleitor obtenham passaporte ou carteira de identidade, recebam remuneração de função ou emprego público, participem de concorrência pública e se inscrevam em concurso ou prova para cargo ou função pública.

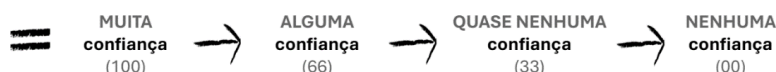
B) O quadro a seguir integra a pesquisa Índice de Confiança Social (ICS) conduzida pela Ipsos-Ipec. Ela mediu o nível de confiança dos brasileiros em instituições e grupos sociais em 2025 e teve os resultados divulgados em meados de 2025. Para sua realização foram feitas, entre 3 e 8 de julho, 2.000 entrevistas, distribuídas em 131 municípios, com pessoas de 16 anos ou mais.

Segundo o Instituto, o intervalo de confiança é de 95% e a margem de erro máxima estimada é de 2 (dois) pontos percentuais para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra.

O Ipsos-Ipec explicou ainda:

CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE CONFIANÇA SOCIAL (ICS)

Para cada instituição ou grupo social avaliado são atribuídos pesos a cada código de resposta (em uma escala de 0 a 100)



Constrói-se, então, uma média simples para cada instituição ou grupo social avaliados na pesquisa:

Este índice é padronizado numa escala 0-100 para se manter comparação, mesmo que a quantidade de instituições avaliadas varie

0,0 = NENHUMA CONFIANÇA
100,0 = CONFIANÇA ABSOLUTA

E mostrou os resultados:

ICS 2025 – INSTITUIÇÕES (0-100)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Corpo de Bombeiros	88	85	86	83	77	73	81	83	86	82	88	89	89	87	87	87	85
Igrejas	76	73	72	71	66	66	71	67	72	66	71	73	71	70	70	69	67
Escolas Públicas	62	60	55	55	47	56	57	56	63	57	66	70	72	67	67	70	66
Polícia Federal	-	-	-	-	-	-	-	66	70	65	72	74	71	70	70	71	66
Forças Armadas	71	69	72	71	64	62	63	65	68	62	69	72	69	67	66	68	64
Polícia	52	52	55	54	48	48	50	52	57	53	63	65	62	60	64	65	59
Empresas	61	60	59	57	51	53	53	55	58	50	60	64	60	58	62	63	57
Bancos	61	58	57	56	48	50	49	50	59	50	59	65	60	56	61	62	56
Ministério público	-	-	-	-	-	-	-	54	54	49	59	62	59	58	58	61	56
Sistema Público de Saúde	49	47	41	42	32	42	34	34	41	38	45	56	57	51	56	57	55
Governo da cidade onde mora	53	50	47	45	41	42	33	32	38	34	44	46	52	51	54	55	54
Meios de Comunicação	71	67	65	62	56	54	59	57	61	51	61	61	56	56	56	58	54
Organizações da Sociedade Civil	61	61	59	57	49	51	53	52	56	50	58	61	60	57	59	59	52
Eleições, Sistema Eleitoral	49	56	52	47	41	43	33	37	35	33	48	49	55	59	53	54	50
Poder Judiciário, Justiça	52	53	49	53	46	48	46	46	48	43	55	59	52	51	53	55	49
Governo Federal	53	59	53	53	41	43	30	36	26	25	50	49	43	47	52	51	46
Sindicatos	46	44	44	44	37	43	41	40	44	35	45	49	46	44	48	47	41
Presidente da República	66	69	60	63	42	44	22	30	14	13	48	46	32	41	50	47	41
Congresso Nacional	35	38	35	36	29	35	22	22	18	18	34	36	34	34	40	40	37
Partidos Políticos	31	33	28	29	25	30	17	18	17	16	27	30	28	30	34	33	32

Base: Amostra (2009 a 2020: 2.002 entrevistas/a partir de 2021: 2000 entrevistas)
© Ipsos | Índice de Confiança Social – ICS 2025 | Julho 2025 | Versão 1

6



Sobre o processo eleitoral, sobre a dinâmica de trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e sobre os canais de comunicação da ALERJ, com base nas informações fornecidas, apresente as linhas gerais de um planejamento estratégico de comunicação integrada, cujas ações devem ocorrer entre março e julho de 2026.

Leve em conta que 2026 é um ano eleitoral e que o planejamento tem como objetivo geral a construção de uma imagem positiva da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e de seus servidores.

Apresente os objetivos específicos do planejamento, a definição de públicos-alvo prioritários e as principais estratégias de comunicação e seus indicadores de avaliação.

No planejamento estratégico devem ser detalhadas duas ações de comunicação: a primeira deve ser uma campanha institucional, a ser veiculada nos ambientes digitais da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, cujo conteúdo seja acessível a todos os públicos. A segunda deve ser um evento com a imprensa, capaz de gerar conteúdo editorial.

O detalhamento da primeira ação deve envolver a periodicidade de postagens, a informação sobre os perfis/canais escolhidos e respectivas estratégias de engajamento. Para a segunda ação, deve-se informar e justificar a data prevista para execução do evento com a Imprensa. No detalhamento das duas ações deve estar clara a sinergia entre elas e os objetivos enunciados no planejamento estratégico de comunicação integrada. As duas ações devem atender a uma única mensagem-chave, a ser redigida pelo candidato.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

Realização

